

Governo e empresários aliam-se para segundo turno



Empresários debateram no Planalto uma ação comum para evitar a inviabilização das empresas

Franco condena ataque prévio à Constituição

Rio — «Atacar a Constituição do Brasil, antes mesmo de sua promulgação significa enfraquecer a democracia», disse ontem o governador do Rio Moreira Franco, em entrevista no Palácio Guanabara. Moreira é contra a generalização e as críticas exacerbadas ao texto votado na Constituinte. Tais atitudes, segundo ele, geram a instabilidade das instituições e, por consequência, de toda a vida da Nação.

«Ao invés de um ambiente de estabilidade política e institucional, cria-se um clima adverso assim que ela for promulgada. É impossível se ter uma Constituição que, antes de ser promulgada, já venha sendo objeto de reiteradas e profundas manifestações de descrédito», advertiu o governador.

Tecer considerações sobre a nova Carta é um direito de todo cidadão brasileiro, mesmo divergir do texto ou propor alterações, avaliou o governador. Negativo é extrapolar as críticas a ponto de desestabilizar todo o processo do retorno à democracia no Brasil.

«A democracia é a capacidade de vivermos na divergência, mas nem o presidente da República, nem os governadores, nem o presidente Ulisses Guimarães, nem os deputados, os senadores, nenhum cidadão, ninguém pode se exacerbar nessas observações e nessas críticas, porque nós precisamos preservar a Constituição como instrumento da nossa unidade política, como fator da nossa estabilidade institucional».

A Carta constitucional deve ser um instrumento de união, afirmou Moreira Franco, e citou o exemplo de Portugal como modelo de um processo constituinte que deu certo. «Em Portugal, depois de 10 anos, a Constituição está sendo modificada, debatida, a partir da experiência, da vivência social da nova Carta. Este é o procedimento que temos que adotar aqui».



Arquivo 13/7/88

Relator não aceita adiar as votações

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, não acredita em «fantasmas» e nem está levando a sério a sugestão do líder do PFL, deputado José Lourenço, de adiar o segundo turno de votação para depois das eleições municipais de 15 de novembro.

Na sua opinião, a liderança do PFL está refletindo o pensamento de dirigentes empresariais, preocupados com as dificuldades em suprimir alguns pontos que não lhes agradam. Bernardo Cabral acha que os empresários custaram muito a trabalhar pelas suas teses.

O relator lembrou que outros setores privados e oficiais trabalharam muito pelos seus interesses, desde os primeiros movimentos da Assembleia Constituinte, como os dirigentes sindicais, servidores públicos civis e chefes militares.

Cabral não acredita no êxito de movimentos prolatorários na Constituinte, afirmando que a sociedade exige a rápida conclusão e promulgação da nova Carta constitucional.

Planalto já estima em dois trilhões os custos com a Carta

O presidente José Sarney recebe, hoje, do ministro João Batista de Abreu, da Sepplan, o levantamento completo dos custos adicionais criados pela Constituinte com benefícios, direitos e anistias.

Entretanto, está próximo de Cz\$ 2 trilhões o saldo dos prejuízos — levantados até ontem à noite pelo Governo — que os novos dispositivos constitucionais, se aprovados, poderão causar ao Tesouro Nacional.

A informação foi confirmada, praticamente, também pelo porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, ao declarar, sem grande precisão, que «o peso das disposições econômicas da Constituinte que o Governo deseja ver mudadas está muito além do Cz\$ 1 trilhão divulgado inicialmente».

O porta-voz do Governo revelou ainda que o montante de Cz\$ 1 trilhão já está superado pela soma dos Cz\$ 377 bilhões da anistia da dívida financeira dos pequenos e microempresários e os Cz\$ 750 bilhões do perdão dos débitos fiscais. Devem ser somados a isto ainda os novos compromissos da Previdência, que não se restringem a este ou ao próximo exercício, e outras vantagens criadas em diferentes dispositivos constitucionais em exame, até hoje pela manhã, pelos respectivos ministérios, cujas áreas poderão ser afetadas.

Ingovernabilidade
Segundo Carlos Henrique, o Governo vai usar de todos os meios lícitos para esclarecer a opinião pública sobre a situação de ingovernabilidade que o País vai atravessar, caso sejam mantidos os dispositivos até agora aprovados no primeiro turno de votação da Constituinte.

A campanha de persuasão do Palácio do Planalto deverá ser votada, inclusive, para os constituintes.

Jutahy aponta pressão ilegítima do Executivo

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) considera legítimo que o Governo defenda seus interesses ao tentar mudar o texto constitucional através de suas lideranças no Congresso, mas acha que esta ação governamental (a ser reforçada por um provável pronunciamento em cadeia de rádio e tevê do presidente José Sarney) pode ser desvirtuada, com o Executivo utilizando meios escusos para fazer valer seus pontos de vista.

«O Governo tem o direito e até deve levar ao conhecimento da Constituinte suas posições, mas não pode lançar mão de pressões ilegítimas. Não pode usar suas forças, seus poderes, seu dinheiro para modificar votos dando vantagens de ordem pessoal a quem quer que seja, como fez na votação da duração do mandato presidencial, no primeiro turno. Trata-se, aí, de uma ação criminosas», ressalta Jutahy.

O senador baiano vê nas declarações dos ministros do Exército e da Aeronáutica contra o dispositivo que fixou seis horas para o turno ininterrupto de trabalho um prenúncio de que o Governo tende a utilizar vários tipos de pressão para alterar o texto votado no primeiro turno. «Qualquer um pode expor sua opinião, mas a forma de opinar, em nome de quem opinar, é que cria a diferença», ressalta. Para ele, são no mínimo estranhas «declarações de ministros militares a respeito de assuntos que não

tes, que começam a votar o projeto de Constituição, em segundo turno, a partir da próxima segunda-feira.

«O presidente José Sarney está preocupado com os resultados que poderão vir a ser indicados, e quer ter o relatório final dessas despesas tão logo retorne de sua viagem hoje ao Ceará», disse o porta-voz do Palácio do Planalto.

O documento final, e que não chega a abarcar todo o universo dos prejuízos do Tesouro, com as novas disposições constitucionais, será consolidado hoje pela manhã, na Secretaria de Planejamento da Presidência, sob a coordenação do Ministro João Batista de Abreu.

Na batalha do segundo turno, os interesses do Governo e dos empresários são quase que totalmente idênticos. Apenas a questão da anistia fiscal e da anistia aos microempresários e ao pequeno e médio produtor rural, que são alvo do Palácio do Planalto, não estão incluídas na lista de 23 pontos que o empresariado quer suprimir da nova Constituição.

Levantamento
«O trabalho para o levantamento desses dados não pode ser dimensionado», disse o ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, informando que para conhecer o total exato dos Cz\$ 377 bilhões das dívidas das pequenas e microempresas, o Governo teve de fazer levantamentos em 12 mil agências bancárias em todo o País.

A anistia fiscal, cujo número já está também consolidado, não deu trabalho menor, observou Costa Couto, lembrando que ela envolve débitos com a Fazenda Nacional, com estados, municípios, e com órgãos públicos, dos mais variados tipos, dentro da política fiscal.

Segundo Costa Couto, os dados das demais áreas só serão conhecidos hoje. Eles envolvem também levantamentos exaustivos e deverá revelar até mesmo informações desconhecidas até agora. Apesar disso, o Governo não está certo de que terá os montantes corretos.

dizem respeito à área militar».

Jutahy não vê qualquer possibilidade de mudança na reforma tributária e crítica o Palácio do Planalto por tentar alterá-la. «Não interessa ao Executivo repartir a receita tributária porque ele quer manter poder através da distribuição de recursos, muitas vezes a fundo perdido, para atender a interesses políticos e eleitorais. A reforma que votamos no primeiro turno», assinala, «leva à perda de poder do Executivo, e não podemos permitir que o Executivo a modifique, porque os municípios ganham com ela e os Estados também».

O senador baiano acha que o parecer do relator Bernardo Cabral, favorável à reforma agrária em terras produtivas será o primeiro e grande embate na votação do segundo turno. «Vai ser uma turbulência, um tema de muita discussão, como foi na primeira votação», disse.

O senador disse que pretende votar pela manutenção dos dispositivos que garantem o conceito de empresa nacional, o tabelamento dos juros em 12% e as conquistas trabalhistas. Jutahy também pretende ajudar a derrubar a anistia concedida a pequenos empresários, que, segundo ele, passou «desapercibida» na votação do primeiro turno. O senador acredita também que a nova Carta poderá ser promulgada em agosto, «dependendo do esforço e da abnegação dos constituintes».

Aylé-Salassie

Mais que um pacto social para combater a inflação, o Governo e o empresariado privado nacional e multinacional estão negociando uma estratégia comum de atuação no segundo turno da votação do texto constitucional com o fim de suprimir dispositivos que impliquem em despesas extraordinárias para o Tesouro, e que, supostamente, ameacem inviabilizar o funcionamento da empresa brasileira e estrangeira.

Essa estratégia ficou clara, ontem, após a audiência do presidente José Sarney com um grupo de empresários, representantes das grandes empresas multinacionais que operam no Brasil em diversas áreas, e que estão sendo ameaçadas de serem inviabilizadas dezenas de projetos no atual texto constitucional.

Sob a liderança do presidente da Shell do Brasil, Robert Anthony Broghhton, os empresários, representantes da Xerox, da Brascan, da Philips, e da Fukurawa, convidaram o presidente José Sarney para participar do lançamento, segunda-feira, a partir da TV Globo, de um programa, em cadeia nacional, transmitido por todas as televisões, tratando da importância do capital estrangeiro no desenvolvimento da economia brasileira.

Os empresários, depois de uma hora de contatos no Palácio do Planalto, deixaram o Gabinete Presidencial apressadamente, recusando-se a qualquer contato com a imprensa. Negaram-se tam-

bém a comentar se o presidente José Sarney aceitar o convite.

O estilo mais reservado dos representantes das multinacionais não foi repetido pelo grupo de empresários nacionais que esteve no Palácio do Planalto anteontem. Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), ocupou, por iniciativa da própria Presidência, a tribuna da sala de entrevistas do Planalto — reservada ao Presidente da República, ministros e autoridades do Governo — e falou, sem constrangimento, da decisão do empresariado que acaba de se reunir em Brasília, de não apoiar, na Constituinte, dispositivos constitucionais que impliquem em dispêndios extras para o Governo. «Despesas e receitas têm de se equilibrar no texto constitucional», disse Amato.

Por sua vez, o ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da

República, Ronaldo Costa Couto, tem insistentemente falado de artigos, parágrafos e incisos da Constituição que podem inviabilizar o funcionamento das empresas privadas.

Coincidentemente, ontem, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, deu uma entrevista no Palácio do Planalto, após audiência com o presidente José Sarney, argumentando com os mesmos dados do ministro Costa Couto.

Segundo o Presidente da CNI, as folhas de pagamento das empresas de construção civil seriam oneradas em mais 28%, caso venha a ser aprovado o dispositivo que estabelece o turno ininterrupto de seis horas e a isonomia para o trabalhador temporário. Em muitos outros pontos o discurso de Albano Franco coincide com o de Costa Couto.

Até Nestlé faz suas críticas

A Assembleia Nacional Constituinte peca por «excesso de perfeccionismo». A opinião é do vice-presidente mundial da Nestlé, Alexander Mahler, que ontem foi recebido em audiência pelo ministro da Saúde, Borges da Silveira. O dirigente da multinacional acredita que os parlamentares estão escrevendo uma Constituição que em breve necessitará de uma revisão, por estar entrando em detalhes demais.

Alexander Mahler entende que a Constituição deveria ser mais flexível, nos moldes das Cartas constitucionais das democracias modernas, como os Estados Unidos, o Ja-

pão e os países da Europa ocidental.

«Da forma como está escrita, a Constituição ata as mãos de empresas como a Nestlé, que há mais de 70 anos está no Brasil», acrescentou Mahler.

A visita do vice-presidente mundial da Nestlé a Borges da Silveira foi definida como de «cortesia», em retribuição à visita que o ministro da Saúde fez ao Centro de Pesquisa Alimentar da Nestlé na Suíça. A Nestlé também está interessada em participar do programa-piloto de educação alimentar que o Ministério da Saúde está implementando no Paraná.

Cardoso concorda com o Presidente

O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, disse ontem ao presidente José Sarney, durante almoço no Palácio da Alvorada, que está havendo um grande esforço para fazer uma Constituição inviável, que impeça o crescimento econômico e o investimento estrangeiro no País. Segundo Newton, o presidente concordou com suas críticas à Constituinte.

A seu ver, é preciso, no segundo turno de votação, rever questões com a participação do capital externo no Brasil, o conceito de empresa brasileira de capital nacional, que, no seu entendimento, restringe muito a entrada de dinheiro estrangeiro, e a jornada máxima de seis horas nos turnos ininterruptos de revezamento, o que vai «falir a siderurgia nacional».

«O importante é o crescimento econômico e nós precisamos fazer leis neste sentido. Mas o que estou vendo é um grande esforço para fazer uma Constituição inviável», desabafou o governador.

He-Man
Newton Cardoso advertiu que existe uma preocupação muito



Josemar Gonçalves

Newton Cardoso aponta falhas

grande dos investidores estrangeiros com os trabalhos da Constituinte. Ele acrescentou que como o governo não tem dinheiro, estão sendo lançadas no mercado títulos do Tesouro para as despesas correntes.

Indagado se faria uma mobilização a fim de ver suprimido do texto constitucional os dispositivos que acredita serem restritivos ao crescimento econômico, Cardoso

ressaltou que tem apenas uma parcela de força para tentar alterar o projeto de Constituição: o apoio da bancada mineira. «Eu não tenho toda a força, eu não sou o He-Man», ironizou.

Sobre o seu almoço com Sarney, o governador comentou em tom de brincadeira que o cardápio foi apenas «um bife fininho com arroz e feijão» já que as vacas estão magras no Palácio do Planalto. Após almoçar com o presidente no Palácio da Alvorada, o governador o acompanhou ao Palácio do Planalto, com quem manteve ainda mais entendimentos.

O governador de Minas, que almoçou com o presidente José Sarney, reivindica ainda para Minas o Ministério da Indústria e do Comércio com a saída do ministro José Hugo Castelo Branco. Segundo ele, o cargo que vinha sendo ocupado por um mineiro deve continuar com alguém do Estado e disse também que vai procurar uma pessoa competente e da confiança do presidente Sarney. O nome mais cotado até agora é o do deputado Milton Reis.

Josemar Gonçalves

PSDB questiona o parecer de Cabral

O PSDB vai pedir destaques para todas as emendas com as quais não concorda e que tenham recebido parecer favorável do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Segundo explicou ontem o deputado Otávio Elisio (MG), esta é a forma de tentar impedir que tais emendas sejam aprovadas no bloco de emendas de parecer favorável a serem votadas de uma só vez.

Ontem, o PSDB se reuniu para fazer um balanço desses destaques, mas só na segunda-feira reúne sua bancada para fechar posição em torno de todos os temas a serem votados no segundo turno. Segundo observou Otávio Elisio, as emendas que tiveram parecer favorável serão votadas de qualquer jeito, e, quanto às que tiveram parecer contrário, caberá ao autor pedir destaque. Há, no entanto, matérias com parecer favorável com as quais não concorda o PSDB, que tentará evitar que essas emendas sejam aprovadas em bloco, através do pedido de destaque.

O PSDB já tem posição fechada contra todos os chamados «trens da alegria» — dispositivos que garantem a efetivação de funcionários públicos sem concurso — mas ainda não se definiu, por exemplo, sobre as anistias — fiscal e de correção monetária — na forma como foram aprovadas no 1º turno.

Apesar de ainda não ter analisado o mérito das emendas para o segundo turno, o partido já tem posições «inquestionáveis» sobre diversos temas, enumerados por Otávio Elisio. Em relação aos direitos sociais, a posição do partido é de «manter ou aprimorar» o que já está aprovado. Na ordem econômica, vai se posicionar a favor da manutenção da nacionalização da exploração mineral e, no que diz respeito à reforma agrária, apoiar a tese de que a terra «tem que cumprir seu papel social», segundo disse Otávio Elisio. O partido defende ainda a manutenção de jornada semanal de 44 horas para o trabalhador e os instrumentos de defesa da empresa nacional.

Arquivo 25/6/88



Elisio quer discutir emendas



Assessores fizeram fila para garantir preferência para destaques

Destaques chegam a 1.191

Os constituintes apresentaram ontem à Secretaria Geral da Mesa, 1.191 destaques. O primeiro a ser entregue é de autoria do líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), pedindo a supressão do inciso que exclui as terras produtivas da reforma agrária. Para isso, o assessor da liderança, José Lucena, garantiu o primeiro lugar na fila chegando ao Congresso às quatro e meia da manhã de ontem. O prazo para a entrega das emendas termina hoje à meia-noite e os funcionários da Secretaria acreditam que cada constituinte apresentará os quatro destaques a que tem direito, totalizando 1.844 — o mesmo número de emendas apresentadas.

Os dois únicos partidos a apresentarem todos os destaques no primeiro dia de apresentação foram o PT e o PDT, com 64 e 116, respectivamente. O PMDB encaminhou 103 pedidos através da liderança, enquanto que o PSDB e o PFL ficaram empatados com 81 destaques cada um. Os líderes do Centrão asseguram que o grupo encaminhou ontem oitenta destaques.

No segundo turno de votação a apresentação de destaques é apenas uma formalidade regimental, mas em alguns casos quem chegou primeiro tem assegurada a preferência. Como nessa etapa o regimento interno limitou em quatro o número de emendas que podiam ser apresentadas — nas anteriores a

apresentação era livre —, os constituintes destacaram, provavelmente, todas as que foram encaminhadas.

O critério de preferência também sofreu alterações. De acordo com os entendimentos de lideranças terão preferência automática as emendas de supressão total. Caso essa supressiva de texto seja rejeitada pelo plenário, entrará em seguida, na pauta de votação, a que retira partes do texto, de acordo com o número de entrada na Secretaria Geral. Isto significa que o líder do PMDB, Nelson Jobim, não precisava apresentar a emenda da reforma agrária em primeiro lugar, já que ela suprimia integralmente o inciso e, portanto, tinha assegurada a preferência. Por outro lado, o PMDB e os partidos de esquerda asseguraram a preferência na maioria de destaques por terem sido os primeiros na apresentação.

A Secretaria Geral ainda não tem uma estimativa de qual assunto motivou mais os constituintes. Mas certamente a ordem observada na fase de apresentação de emendas será mantida. Surpreendentemente, o primeiro lugar foi da que assegurava aos professores universitários aos 25 anos de serviço — como está previsto para os outros professores. A Secretaria pretende divulgar amanhã a relação dos destaques apresentados e que começam a ser votados na segunda-feira pelo plenário da Constituinte.